



Vila Rica, berço da política e palco da poesia

Vila Rica, cradle of politics and stage of poetry

Dossiê

Lucas Cyrino*

ORCID: 0000-0001-5328-2396

E-mail: laccyrino@gmail.com

Recebido: 23/09/2021

Aprovado: 07/03/2022

Resumo:

Este artigo analisa trechos de duas obras da literatura brasileira do século XVIII: o poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, de 1773; e as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, que datam de meados da década de 1780. Em cada uma, identificamos de que forma se apresenta a paisagem urbana de Vila Rica, capital da capitania de Minas à época, bem como sua administração política e composição social, com ênfase no povo negro escravizado. Para tanto, essa abordagem leva em conta a atuação política desses poetas/letrados no final do século XVIII, o que abrange sua participação no movimento que conhecemos por Conjuração Mineira.

Palavras-chave:

Vila Rica. Cartas Chilenas. Brasil Colônia. Política. Escravidão.

Abstract:

This article analyzes excerpts from two works of Brazilian literature from the 18th century: the epic poem *Vila Rica*, by Cláudio Manuel da Costa, from 1773; and the series of poems *Cartas Chilenas*, by Tomás Antônio Gonzaga, dating from the mid-1780s. In each one, we identify how the urban landscape of Vila Rica, capital of the Capitania of Minas at the time, is depicted, as well as its political administration and social composition, with an emphasis on enslaved black people. In order to achieve such purpose, this approach considers the political activities of these poets in the late 18th century, which includes their participation in the movement known as Conjuração Mineira.

Keywords:

Vila Rica. Cartas Chilenas. Colonial Brazil. Politics. Slavery.

* Doutorando em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 A terra prometida

Vila Rica, poema épico de Cláudio Manuel da Costa, datado de 1773 e impresso apenas postumamente, em 1839, narra os feitos de Albuquerque,¹ herói português, e sua peregrinação em meio às serras da região mineira, até encontrar a localização do Itamonte, lugar onde deveria erguer a futura capital das Minas, no início do século XVIII. O caminho até alcançar esse objetivo é tortuoso e, por que não? Rochoso – para usar um termo comum na crítica literária da obra de Cláudio. Ainda assim, Albuquerque conta com o apoio de gente local que já conhecia os caminhos da mata e da beira dos rios, entre os quais se destacam os indígenas e o Gênio Filoponte, figura mitológica que intercede em favor do herói.

O produto dessa conjunção, para além da estrutura épica seguida pelo poeta, traz ao leitor os mitos de fundação da cultura local – como a origem do nome do Rio das Velhas – e uma exuberante descrição das riquezas guardadas pelas *pátrias Minas*. Exemplo disso pode ser visto em uma cena que aparece no Canto II, quando Albuquerque revela aos seus companheiros ter sonhado com o Itamonte, e também no Canto VIII, quando Garcia Rodrigues Paes, seu braço direito, adentra o Itamonte junto de uma ninfa e é apresentado às riquezas sonhadas pelo herói:

[...] ao longe apanha
Uma Ninfa na areia as porções de ouro,
Com que esmalta o cabelo e o torna louro.
(COSTA, 1996, p. 386, grifo da editora²).

A plasticidade dessa hipérbole é complementada pela paisagem encontrada por Garcia: colunas de cristal, ninfas carregando taças com pedras preciosas, entre as quais se destacam safiras, rubis, topázios, diamantes e esmeraldas, além de prata e ouro em diversas formas. Toda essa grandiosidade, porém, não passa impune pela voz que narra a epopeia que, por sua vez, transpõe a voz do próprio Cláudio Manuel da Costa:

Muitas Ninfas em roda a estão cercando,
Nas lindas mãos nevadas sustentando
Os tesouros que oculta e guarda a Terra.
(Tristes causas do mal, causas da guerra!).
(COSTA, 1996, p. 424).

Entre as aventuras narradas no *Vila Rica* não há cenas de batalha, mas o clima de tensão entre os homens de Albuquerque e seus rivais – os “conjurados chefes” motivados pela figura do Interesse, como personagem antagônica – pode representar a *guerra* dos versos destacados acima. Porque, como bem observa Sérgio Alcides (2003, p. 122), a intenção principal do herói português consistia em impor aos rebeldes a tributação sobre a extração do ouro e a fidelidade ao rei; ao mesmo tempo, implantar, na região, a administração régia como força dominante. Tal imposição

1. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho governou a Capitania de Minas e São Paulo a partir de 1709, quando esta se separou do Rio de Janeiro. Minas só passou a ser uma capitania independente em 1720.

2. Os destaques em itálico das citações de *Vila Rica* dizem respeito às falas de personagens ao longo do poema. Foram feitos por Melânia Silva de Aguiar, como forma de facilitar a leitura. Melânia Aguiar, responsável por coordenar a edição da obra de Cláudio Manuel da Costa para o volume *A poesia dos inconfidentes* (1996), organizado por Domício Proença Filho, valeu-se, para sua consulta, do manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal – versão em que, como outras existentes, não há grifos ao longo do texto.

funciona tanto na história quanto no poema, haja vista que neste, por intermédio do Gênio, a revolta é dissipada e a futura capital mineira tem, enfim, condições de ser fundada.

Antes disso, porém, Filoponte encontra Albuquerque e revela-lhe a profecia da epopeia, em que se prevê a derrota dos revoltosos e um futuro de riqueza e prosperidade. O episódio, narrado no quinto canto, apresenta ao herói os procedimentos da extração do ouro:

Passa este quadro, e logo outra pintura
Nova imagem propõe, nova figura,
Que retrata uns mortais de negras cores,
Regando o aflito rosto de suores
À força das fadigas com que cavam
As brutas serras, e nos rios lavam
As porções extraídas, separando
As pedras do metal, que andam buscando.
(COSTA, 1996, p. 405-406).

Esta estrofe é antecedida pelo relato da dificuldade encontrada pelos primeiros exploradores para acessar a adversa geografia onde se encontram as riquezas. Depois, a profecia de Filoponte se adianta para as ameaças contra os chamados “conquistadores”, roubando-lhes as posses, casas, armas e riquezas. A ação é interrompida pela chegada do herói português – Albuquerque, que se vê imponente sobre um monte –, disposto a dar cabo das revoltas e tomar o controle da situação. Há, porém, um interessante discurso introduzido no relato destacado anteriormente: quem extrai o ouro das minas são os negros escravizados, o que indicia a ciência de Cláudio Manuel da Costa³ sobre as condições da exploração aurífera desde o início do século XVIII.

Seria perigoso afirmar que Cláudio, que também possuía escravos e, além de advogado, era minerador,⁴ colocou nesses versos um tom de crítica à escravidão e às condições às quais eram submetidos os negros, ao descrever sua fisionomia como aflita e cansada. Da mesma forma, seria ingênuo acreditar que aqueles buscavam as riquezas para si, numa interpretação leviana do último verso anteriormente citado (“As pedras do metal, que andam buscando”). Pelo contrário, a caracterização de “mortais de negras cores” ratifica uma compreensão eurocêntrica em relação aos negros, válida desde 1537, por força da bula *Sublimis Deus*, editada pelo papa Paulo III naquele ano (PAIVA, 2015, p. 221). Neste documento, os povos não europeus foram separados entre homens, com alma, e coisas e animais, sem alma. Como os negros eram propriedades privadas, acabavam inferiorizados, muito mais próximos das coisas e dos animais – também mortais – do que dos homens brancos, salvos pela fé.

Uma vez alcançado o objetivo de Albuquerque, o décimo e último canto do poema relata o encontro do herói com o gigante Itamonte, que, para a construção de Vila Rica, permite que sejam extraídos de seu interior “os mármoreis mais finos” (COSTA, 1996, p. 442). Assim, tem início, na narrativa épica, a descrição paisagística da cidade a ser erguida. Uma vez que o feito de Albuquerque estabelece o domínio administrativo e econômico da Coroa sobre a região, a primeira edificação da Vila concorre para representar o poder régio e é dedicada à justiça, à cadeia e ao Senado, seguida de “[...] majestosas casas, que recolhem/ Régios Ministros que os tributos colhem” (COSTA, 1996, p. 442).

3. Não se pode esquecer que o próprio Cláudio afirma ter feito vasta pesquisa histórica para compor a epopeia das Minas, relatada no *Fundamento Histórico* que antecede o poema.

4. Cf. SOUZA, 2011.

Trajando vestes militares, Albuquerque entra no Senado para assinar a ata de fundação de Vila Rica. Como é ele, neste caso, o representante da Coroa, o discurso que profere aos presentes está preenchido por um tom apaziguador em relação aos rebeldes: “[...] *Vassalos de um Rei, que mais vos ama,/ Buscais acreditar a vossa fama/ Com o dote imortal, que a Nação preza,/ De uma fidelidade portuguesa.*” (COSTA, 1996, p. 443-444). Não se pode olvidar, contudo, que tal pacificação decorre mais da ação do Gênio que do herói, razão pela qual é novamente por intermédio daquele que são plasmados o futuro e as riquezas de Vila Rica nas paredes do Senado, exaltando a natureza, a fauna e a flora da região mineira. Com mais espaço entre a descrição poética, a extração do ouro, agora, é mais detalhada, como se vê nos versos a seguir, em que o Gênio

[...] pinta,
[Por ordem natural, clara e distinta]
A diferente forma do trabalho
Com que o sábio mineiro entre o cascalho
Busca o louro metal, e com que passa
Logo a purificá-lo sobre a escassa
Tábua, ou canal do liso bulinete,
Com que entre a negra areia ao depois mete
Todo o extraído pó nos lisos vasos
(Que uns mais côncavos são, outros mais rasos)
E aos golpes d’água da matéria estranha
O separa e divide; alta façanha
De agudo engenho! [...].
(COSTA, 1996, p. 444).

Diferentemente da exploração de riquezas vista no canto V, quando o Gênio apresentava a profecia a Albuquerque, agora as personagens que extraem os metais preciosos não são mais os “mortais de negras cores”, mas os “mineiros”, cuja ação, pelo menos neste primeiro caso, é mais ativa e heroica. Não é preciso muito esforço para reconhecer essa diferença: no trecho acima, o trabalho de separar o ouro do cascalho do primeiro mineiro é qualificado como uma “alta façanha/ De agudo engenho”, sendo o mineiro, ele mesmo, caracterizado como “sábio”.

Não há como saber se este mineiro é um escravo, assim como não se pode afirmar que seja ele um senhor. Tal situação, entretanto, não ocorre com a descrição seguinte:

Vê-se o outro mineiro, que se ocupa
Em penetrar por mina o duro monte
Ao rumo oblíquo, ou reto; tem defronte
Da gruta, que abre, a terra que extraíra;
Os lagrimais das águas que retira
Ao tanque artificioso logo solta;
Trazida a terra entre a corrente envolta,
Baixa as grades de ferro; ali parados,
Os grossos esmeris são depurados,
Deixando ao dono em prêmio da fadiga
Os bons tesouros da fortuna amiga.
(COSTA, 1996, p. 444-445).

Desafiado por um cenário de maior dificuldade para acessar o ouro, que lhe exige força e atenção, o minerador em questão é claramente um escravo, que entrega ao seu senhor – ao seu

dono, como no penúltimo verso destacado – a riqueza encontrada depois do cansativo trabalho de penetrar o interior das montanhas.⁵ Novamente, a figura do negro é reificada em uma função terceira – neste caso sequer identificada, como fora no canto V –, além de estar desacompanhada de características positivas, ou de aparecer em meio a uma paisagem menos perigosa, como é o caso do primeiro mineiro.

A descrição dessas cenas, como vimos, aparece em forma de uma pintura que ressalta a região mineira por obra de seu defensor mitológico, o Gênio Filoponte. Desse contexto, não se pode desconsiderar o fato de que a pintura é posta nas paredes do Senado, edificação que representa a administração portuguesa nas Minas. A cena a seguir – que é a última da epopeia – traz a eleição dos primeiros representantes e juízes de Vila Rica, saudados pelo povo com gritos de “Viva o Senado!”. Mesmo que seja posto de forma sutil por Cláudio Manuel da Costa, cabe observar que, em meio aos louros da riqueza mineira, o ambiente próspero e feliz, que se distingue com a fundação da Vila, a pintura e a primeira eleição do Senado, já não há espaço para o Gênio ou para o povo negro escravizado. Assim como a mitologia dá lugar à pintura, também os escravos são escamoteados pela administração régia que, por intermédio do único grande feito de Albuquerque, passa a dominar a região mineira econômica e politicamente.

2 A terra açoitada

Os fatos narrados no poema épico de Cláudio Manuel da Costa são ambientados provavelmente na virada da primeira para a segunda década do século XVIII, uma vez que Vila Rica, hoje Ouro Preto, foi fundada por Antônio de Albuquerque em 1711. O poeta, que nasceu em Mariana,⁶ dezoito anos depois do episódio, já estava na maturidade de sua poesia e de sua vida social quando concluiu o *Vila Rica*, em 1773, depois de já ter publicado *Obras poéticas de Glauceste Satúrnio*, em 1768. De acordo com a biografia, escrita por Laura de Mello e Souza (2011, p. 98), Cláudio pode ter sido influenciado a compor o *Vila Rica* a partir da experiência que teve ao ocupar cargos públicos na capitania mineira, que lhe facultaram conhecer a região com maior profundidade, na história e na vida cotidiana.

A vida pública de Cláudio teve início logo depois do regresso de Coimbra, como Bacharel em Cânones, por volta de 1753 pois, no ano seguinte, ele passou a desempenhar o cargo de almotacé na Câmara de Mariana, correspondente ao de juiz voluntário ocupado por homens de boa origem social e econômica (SOUZA, 2011, p. 81). Mesmo que bastante jovem – Cláudio tinha, então, 25 anos – e recém-chegado de Coimbra, devia colaborar com o poeta a notoriedade de sua família, além do fato de ser um bacharel filho da terra, diferentemente dos portugueses, enviados pela Coroa. O prestígio do poeta cresce, e dois anos depois, ele se muda para Vila Rica, onde atua como advogado, passando a ocupar o cargo de vereador em 1758. Depois disso, em 1762, Cláudio Manuel da Costa tornou-se juiz ordinário da Câmara de Vila Rica, retornando à legislatura como juiz mais moço em 1781 e juiz mais velho em 1786 e 1789, ano em que morre, no contexto da Conjuração Mineira. Dos sessenta anos vividos por Cláudio, pode-se concluir que a

5. Semelhante às cenas descritas nestes trechos é a gravura de Johann Moritz Rugendas, *Lavage d'un minerais d'or, près la montagne Itacolumi*, de 1835. Uma versão digitalizada pode ser encontrada no acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6191. Acesso em: 27 set. 2022.

6. À época do nascimento de Cláudio, em 1729, Mariana constituía termo de Vila Rica.

grande maioria deles foi transpassada pela vida de homem público, na advocacia, na legislatura, na política e também na literatura.

Para uma sociedade de poucos homens letrados, como era a das Minas na metade do século XVIII, distante da corte e da nobreza metropolitana portuguesa, a influência política e social talvez fosse a palavra de ordem para ocupar bons cargos e, ato contínuo, usufruir de certo conforto econômico. Ciente disso, Cláudio manteve contato desde cedo com os governantes mineiros, sendo muito apreciado pelos irmãos Freire de Andrade. José Antônio, o mais moço, enquanto governava interinamente as Minas, na ausência de Gomes Freire de Andrade, nomeou Cláudio Manuel da Costa procurador substituto da Coroa e da Fazenda da Capitania de Minas, em 1760. Dois anos depois, quando o irmão mais velho reassume o posto, Cláudio foi promovido a secretário de governo, posição que ocupou mesmo depois da morte precoce de Gomes Freire de Andrade – de fato, o poeta esteve no cargo até 1765, quando já governava a Capitania Luís Diogo Lobo da Silva.

No mesmo ano em que deixou o posto de Secretário de Governo, Cláudio postulou-se ao cargo de procurador da Coroa e da Fazenda, na recém-criada Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda de Minas Gerais, mas perdeu a função para um amigo seu, José Dias Rosa Maciel. A escolha do governador Luís Diogo Lobo da Silva desconsiderou “a capacidade e a literatura” de Cláudio Manuel da Costa, em detrimento da experiência administrativa de Rosa Maciel (SOUZA, 2011, p. 100). Paralelamente, Cláudio enfrentava outro problema com a Coroa: em 1764 ele havia solicitado a insígnia militar do Hábito da Ordem de Cristo, tendo sido autorizado pelo Rei em 1768. Para receber o título, porém, era preciso passar pelo escrutínio da Mesa de Consciência e Ordens, que só aprova o poeta no final de 1770, depois de insistente recurso por parte do demandante (SOUZA, 2011, p. 113-115). Logo, não é enganoso acreditar que os episódios acontecidos a partir da metade da década de 1760 esmorecem a relação de Cláudio com a vida pública, ao mesmo tempo que provocam seu lado crítico e questionador, extravasado à sua vertente literária.

Melânia Aguiar (1973, 2007), importante estudiosa da obra de Cláudio Manuel da Costa, divide sua produção poética em três fases: uma barroca, escrita durante sua estada em Coimbra; a segunda, oscilando entre Barroco e Arcadismo; e a terceira, incluindo poemas encomiásticos, como produto das relações sociais estabelecidas pelo poeta a partir dos cargos públicos que ocupou.

O ponto de chegada de todas essas etapas seria a publicação de *Obras*, em 1768, enquanto o *Vila Rica*, de 1773, indicaria, como fase posterior, uma mudança radical nos rumos de sua poesia, sugerindo “um envolvimento mais estreito com as raízes e, concomitantemente, de uma preocupação possivelmente menos estética e mais ideológica com a fatura de seus versos” (AGUIAR, 2007, p. 177). Contrapondo as ideias de historiadores da literatura, como Antonio Candido, que reiteradamente dividem a poética de Cláudio entre a rusticidade mineira e o apego à vida na Metrópole, Melânia Aguiar sugere que essa última etapa, mais consciente para o poeta, faz emergir “o jogo do interesse: mas o interesse nas luzes do progresso, que vão beneficiar a terra, para onde, esquecido de si mesmo, o poeta voltará toda a sua atenção” (AGUIAR, 1973, p. 96).

Dessa forma, a preocupação de Cláudio Manuel da Costa com os problemas de sua terra, vista na sua carreira de homem público, acaba por espalhar-se para a veia artística. O recurso à mitologia e à idade mítica do ouro, recorrente na poesia, aparece não só como estilo mas, depois dos anos 1760 e com a decadência da arrecadação do ouro, constitui “uma forma de luta, de oposição a uma realidade histórica incômoda, a uma situação econômica que já caminha para o insuportável” (AGUIAR, 1996, p. 35).

A vida de homem público, no campo político das Minas, facultava a Cláudio Manuel da Costa o contato com outros letrados da Capitania, compondo um dileto círculo social de leitura. Laura de Mello e Souza destaca que a participação nos serões, onde se debatia literatura e ideias, era benquista pelo poeta, ao mesmo tempo em que ele era requisitado pelos grupos. O ponto alto desse tipo de socialização pode ter sido a fundação da Arcádia Ultramarina, ainda em 1768, por meio da qual Cláudio passa a assinar como o pastor Glauceste Satúrnio. O evento que permite a criação dessa Arcádia na pátria mineira é também político: a chegada de José Luís Castelo Branco, Conde de Valadares, para governar as Minas, entre 1768 e 1773 (SOUZA, 2011, p. 150-151).

Esse tipo de socialização em torno da leitura, da literatura e das ideias é marca do Iluminismo, caracterizando os homens que se congregam em uma sociedade de pensamento. Nas Minas, essa sociedade de pensamento “agrupava homens de letras que dividiam suas ideias e discutiam suas concepções estéticas e políticas, reunidos nos salões, nas Academias, por meio de correspondência ou pelo compartilhamento de leituras comuns – e constituía o embrião de uma opinião pública” (FURTADO; STARLING, 2013, p. 177). No caso das Minas, sua função permitia, por um lado, o desenvolvimento estético daquilo que a história da literatura conhece por Arcadismo; por outro, semeava a possibilidade de questionamento diante dos mandos e desmandos do Rei, e, quando o ouro começou a minguar e a Coroa a ameaçar a derrama, a intensificação das discussões emancipatórias em relação a Portugal.

A partir de 1775, os encontros ganham fôlego e Cláudio mantém contato com mineiros recém-retornados da Europa: neste mesmo ano, Alvarenga Peixoto é nomeado ouvidor do Rio das Mortes; Luís Vieira da Silva, dono de uma imponente livraria,⁷ já atuava como cônego em Vila Rica; Carlos Correia Toledo era vigário em São João del Rey, e José Álvares Maciel voltava da Europa trazendo novos livros. O círculo se completa em 1782, com a chegada de Tomás Antônio Gonzaga para atuar como ouvidor em Vila Rica. Esse grupo é bem acolhido por D. Rodrigo José de Meneses e Castro, governador das Minas entre 1780 e 1783; sob sua proteção, de acordo com Heloísa Starling (2003, p. 65), “algumas dessas reuniões realizaram-se em pleno palácio, com a sociedade da terra sendo chamada a dar o devido apreço aos versos de seus poetas”.

A situação muda com a chegada de Luís da Cunha Meneses para administrar a capitania, substituindo Meneses e Castro, que fora, para a biógrafa de Cláudio, o último governador pombalino das Minas, fomentador de discussões ilustradas e reformistas (SOUZA, 2011, p. 165). Cunha Meneses, por sua vez, rompe com o círculo letrado e com a abertura da administração local aos serões, e seu governo, que vai até 1788, influencia na convergência de ideias que resultam, no campo político, na Conjuração Mineira, da qual o círculo de Cláudio tornou-se réu em 1789, e, na literatura, na composição das *Cartas Chilenas*, de autoria de Tomás Antônio Gonzaga, acompanhadas da *Epístola a Critilo*, de Cláudio Manuel da Costa.

Nas *Cartas Chilenas*, Critilo (Tomás Antônio Gonzaga) se corresponde com seu amigo Doroteu (Cláudio Manuel da Costa) ao longo de treze cartas/poemas, para comentar os desmandos do governante do Chile (Minas), Fanfarrão Minésio (Luís da Cunha Meneses). Do teor crítico e satírico desse conteúdo, queremos destacar neste ensaio a terceira carta, em que se apresenta a forma como Minésio conduz a construção e a administração de uma cadeia.

Critilo inicia seu relato apontando as condições precárias em que se encontra a prisão local, com suas chaves enferrujadas e algemas furtadas. Se é esta a primeira cadeia fundada em Vila Rica, como vimos no poema de Cláudio Manuel da Costa, então sua manutenção ao longo de pouco mais de setenta anos foi falha. Fanfarrão Minésio, porém, cuja intenção é ironizada desde

7. Cf. FRIEIRO, 1957.

o princípio – “[...] nosso chefe/ [...] Nos pretende mostrar que tem um peito/ Muito mais terno e brando, do que pedem/ Os severos ofícios do seu cargo” (GONZAGA, s. d., p. 16) –, movido por “falsa compaixão”, não tem por pretensão resolver os problemas existentes, mas erguer nova edificação:

Pretende, Doroteu, o nosso chefe
Erguer uma cadeia majestosa,
Que possa escurecer a velha fama
Da torre de Babel e mais dos grandes,
Custosos edifícios que fizeram
Para sepulcros seus, os reis do Egito.
(GONZAGA, s. d., p. 17).

Por maior e mais gloriosa que seja a intenção do governante, Critilo não deixa de criticá-lo pela soberba pretensão:

Talvez, prezado amigo, que imagine
Que neste monumento se conserve
Eterna, a sua glória, bem que os povos
Ingratos não consagrem ricos bustos
Nem montadas estátuas ao seu nome.
Desiste, louco chefe, dessa empresa:
Um soberbo edifício levantado
Sobre ossos de inocentes, construído
Com lágrimas dos pobres, nunca serve
De glória ao seu autor, mas, sim, de opróbrio.
(GONZAGA, s. d., p. 17).

Fato é que a cadeia se ergue, “sobre ossos de inocentes” e “com lágrimas dos pobres”, a despeito do protesto confessado por Critilo, que parece scandalizado pela magnitude do edifício, muito contrastante com a rusticidade e simplicidade local – um “Humilde povoado, aonde os grandes/ Moram em casa de madeira a pique” (GONZAGA, s. d., p. 17). Após a descrição física que destaca amplitudes faraônicas – “soberbos arcos”, “jônicas colunas”, “formosa varanda”, “vistas galerias de janelas” –, o espaço é apresentado em uma dimensão dupla a Doroteu:

E sabes, Doroteu, quem edifica
Esta grande cadeia? Não, não sabes.
Pois ouve, que eu t’o digo: um pobre chefe
Que, na corte, habitou em umas casas
Em que já nem abriam as janelas.
E sabes para quem? Também não sabes.
Pois eu também t’o digo: para uns negros
Que vivem, (quando muito), em vis cabanas,
Fugidos dos senhores, lá nos matos.
(GONZAGA, s. d., p. 17).

No trecho destacado, a simplicidade anterior de Fanfarrão Minésio, que no presente narrativo usa do poder para promover a luxúria, é colocada praticamente ao mesmo nível do negro fugitivo, posto que a obra do primeiro serve para apoiar o segundo. A crítica de Critilo, entretanto, não observa simplesmente a ideia de grandeza de Minésio, defendendo que a edificação

pudesse ser mais simples e mais bem ajustada à realidade dos habitantes da vila. Mais que isso, transparece alguma parcela de incredulidade – para não dizer preconceito – em relação ao negro prisioneiro: afinal, se este era acostumado a viver em “vis cabanas/ Fugindo dos senhores, lá nos matos”, não há razão para que um edifício tão imponente seja dedicado a guardar aqueles que, à época, sequer eram vistos como seres humanos, como vimos no caso do poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa.

Nesse ínterim, o Senado é conivente com a ideia de Minésio e dá sustento econômico à cadeia. Antecipando na literatura os ares de Simão Bacamarte a prender os loucos na Casa Verde (ASSIS, 2011), a prisão logo é preenchida de prisioneiros:

[...] num instante
Enche a cadeia de alentados negros.
Não se contenta o cabo com trazer-lhe
Os negros que têm culpas, prende e manda
Também, nas grandes levas, os escravos
Que não têm mais delitos que fugirem
Às fomes e aos castigos, [...]
Ao bando dos cativos se acrescentam
Muitos pretos já livres e outros homens
Da raça do país e da européia
Que, diz ao grande chefe, são vadios
Que perturbam dos povos o sossego.
(GONZAGA, s. d., p. 18).

O problema dessa situação é que não há como confrontar a vontade do chefe, dado o apoio que recebe do Senado. Além disso, Critilo parece indicar a corruptibilidade dos magistrados, que “se revestem/ Do gênio e das paixões de quem governa” (GONZAGA, s. d., p. 18). É desse contexto que vem a crítica:

Por isso, Doroteu, um chefe indigno
É muito e muito mau, porque ele pode
A virtude estragar de um vasto império.
(GONZAGA, s. d., p. 18).

Não obstante, devemos recordar que o próprio Fanfarrão Minésio representa o poder da Coroa, pois ele, tal como os magistrados, é nomeado para ocupar seu cargo na administração local. Se somos cientes das complicações que envolveram a troca de governo entre Meneses e Castro, o último governador pombalino das Minas, e Luís da Cunha Meneses, transfigurado nas *Cartas Chilenas* no Fanfarrão Minésio, então a crítica que se faz no trecho anterior é dirigida a este último, indigno de seu cargo e culpado por desvirtuar o governo português nas Minas.

Para escândalo de Critilo, a repressão de Minésio não se limita aos negros ou aos “vadios”, perturbadores da ordem pública. Como extensão deste último ponto, o governo passa a formar milícias a fim de delatar e recolher à cadeia aqueles que se posicionam contra a intenção do chefe:

Aos ricos taverneiros, disfarçados
Em ar de comandantes, manda o chefe
Que tratem da polícia e que não deixem
Viver, nos seus distritos, as pessoas
Que forem revoltosas. Quer que façam
A todos os vadios uns sumários
E que, sem mais processos, os remetam
Para remotas partes, sem que destas
Jurídicas sentenças, se faculte
Algum recurso para mor alçada.
(GONZAGA, s. d., p. 19).

O escândalo de Critilo é maior, porque conhece as leis do direito canônico e do direito natural, pois é ele o magistrado Tomás Antônio Gonzaga a dialogar com Doroteu, o advogado Cláudio Manuel da Costa:

Já viste, Doroteu, um tal desmancho?
As santas leis do reino não concedem
Ao magistrado régio, que execute,
No crime, o seu julgado e o nosso chefe
Quer que dêem as sentenças sem apelo
Incultos comandantes, que nem sabem
Fazer um bom diário do que vendem!
(GONZAGA, s. d., p. 19).

Entregues à sorte de Minésio, os prisioneiros são açoitados a despeito da lei do reino, que limita a violência a casos específicos. Nas mãos do Fanfarrão, porém, a punição é generalizada, e, como relata Critilo, não falta a injusta ocasião em que se perde a conta dos cem açoites e se recomeça a conta outra vez. Violentados, “os pobres miseráveis já nem gritam./ Cansados de gritar, apenas soltam/ Alguns fracos suspiros, que enternecem” (GONZAGA, s. d., p. 21), enquanto são observados ao longe pelo chefe. Em relação a este e seu governo, não cabe outro julgamento senão o feito por Critilo, ao questionar as liberdades do governante em ignorar as leis existentes e ditar suas próprias regras e punições:

Eu lamento a conquista a quem governa
Um chefe tão soberbo e tão estulto
Que, tendo já na testa brancas repas,
Não sabe, ainda, que nasceu vassalo.
(GONZAGA, s. d., p. 19).

3 A terra política

Vila Rica foi berço de Cláudio Manuel da Costa, ambiente de trabalho do poeta e seus companheiros, como Tomás Antônio Gonzaga, e celeiro tanto para a produção poética dos árcades mineiros, quanto para as transformações políticas que seus serões motivaram. Vimos neste estudo dois momentos políticos de Vila Rica como uma cidade. No primeiro caso, o poema épico de Cláudio Manuel da Costa apresenta a riqueza idílica das minas transposta à edificação da

cidade. Essa construção é auspiciada pela ação do herói, Albuquerque, que representa, acima de tudo, o poder régio sobre a administração da Colônia.

A profecia do Gênio, plasmada nas paredes do Senado de Vila Rica, prometia uma terra próspera e rica, como o próprio nome, além de bem administrada, como celebravam desde cedo os gritos de “Viva o Senado!” ao final do poema. Talvez fosse essa a visão de Cláudio Manuel da Costa no início da década de 1770, quando compôs o poema, motivado pela socialização da elite letrada que o cercava, homem público e importante que era para as Minas. Uma década depois, porém, já na companhia de Tomás Antônio Gonzaga, as mudanças sociais promovidas pela chegada de Luís da Cunha Meneses representam um rompimento não apenas com os padrões de socialização daqueles letrados e homens públicos que, para o lado político, puseram-se a conjurar uma República nas Minas. No campo artístico, essa mudança brusca rompeu com a idealização de prosperidade e colocou na ordem do dia a violência e a corruptibilidade, muito próximas da situação que viviam e, ao mesmo tempo, muito distantes da mitologia autóctone apresentada por Cláudio Manuel da Costa.

Se a elite social, da qual participavam esses letrados, sofria tais impactos políticos e intelectuais, a realidade era mais dura para quem ocupava a base da pirâmide social. Neste estudo, buscamos nos referir aos negros escravizados enquanto analisávamos os dois textos para destacar, também, esse contraponto. Sabidamente, nenhum dos poetas – Cláudio ou Tomás – apresenta em seus versos um discurso abolicionista ou antiescravagista. Mas, talvez por influência do contexto circundante durante a escrita de seus poemas, a representação do povo escravizado se acentua negativamente: no caso de *Vila Rica*, ainda na paisagem idílica, o negro era aquele que vivenciava as tarefas mais árduas na extração do ouro, mas sempre em favor da prosperidade da Vila. No caso das *Cartas Chilenas*, o negro é preso, açoitado, violentado ao limite da barbárie.

A resposta a tudo isso, como vemos nos livros de história, colaborou para a supremacia da administração portuguesa, que por sua vez buscava silenciar as ideias revolucionárias dos conjurados mineiros do final do século XVIII. Embora presos e julgados por traição ao Rei, à exceção de Cláudio Manuel da Costa e Tiradentes, os únicos mortos no período, todos os outros letrados ainda puderam usufruir de uma vida razoavelmente confortável no degredo, como é o caso de Tomás Antônio Gonzaga, morto de velhice em Moçambique. As vítimas do processo, como bem representam os textos de Cláudio e Tomás, são as camadas mais inferiores da sociedade, naquele tempo escravizadas, reificadas pelo homem branco e privadas da condição humana. Voltar os olhos à literatura desse período, portanto, significa não apenas compreender os parâmetros em que se deram as transformações políticas vivenciadas pelo povo mineiro no século XVIII, mas ter, nesses textos, o testemunho do flagelo ao qual o povo negro é insistentemente submetido na história do Brasil, de ontem e de hoje.

Referências

- AGUIAR, Melânia Silva de. *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa*. 1973. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1973.
- AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 27-39.
- AGUIAR, Melânia Silva de. Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga: um diálogo possível. *Veredas*, Porto Alegre, v. 8, p. 171-184, ago. 2007.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Introdução de John Gledson; notas de Hélio Guimarães. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Cláudio Manuel da. Vila Rica. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes*: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 355-446.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*: onde está Gonzaga? E outros temas misteriosos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

FURTADO, Júnia Ferreira; STARLING, Heloísa Murgel. República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do *Recueil* por uma sociedade de pensamento. In: MAXWELL, Kenneth (coord.). *O livro de Tiradentes*: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013. p. 175-218. [e-book].

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Belém: NEAD/UNAMA, s. d. (Domínio Público). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17453. Acesso em: 30 jul. 2021.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 201-222, out./dez. 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STARLING, Heloísa Murgel. Visionários: a imaginação republicana nas Minas setecentistas. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 54-71, set./nov. 2003.